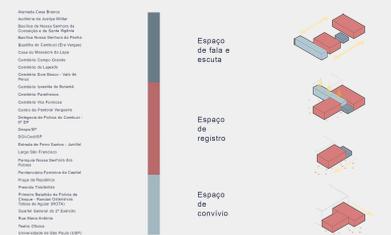


Constelação de lugares de memória da ditadura, segundo dados do Memorial da Resistência de São Paulo, que poderiam vir a receber uma possibilidade de museu da democracia.

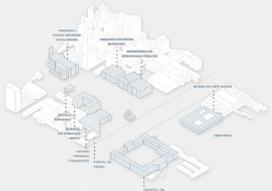


Esquema de formas e programas possíveis para os museus da democracia na cidade, garantido sempre em três eixos.

1	Memorial da Resistência de São Paulo
2	Arquivo Histórico de São Paulo
3	Arquivo do Exército
4	Arquivo do Exército
5	Arquivo do Exército
6	Arquivo do Exército
7	Arquivo do Exército
8	Arquivo do Exército
9	Arquivo do Exército
10	Arquivo do Exército
11	Arquivo do Exército



Implantação geral com pontos de interesse na escolha do local de projeto.



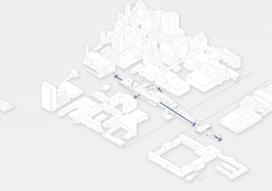
1) Reconhecimento de edifícios que, historicamente, foram atores de momentos não democráticos.



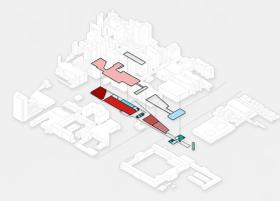
2) Uso do vazio existente, na forma de praça, como hipótese de espaço democrático.



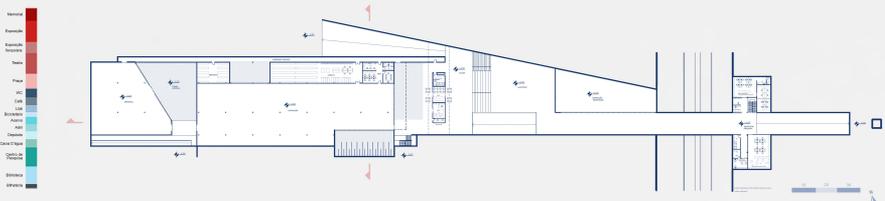
3) Construção de especialidades variadas propiciando plurais apropriações e usos públicos e coletivos.



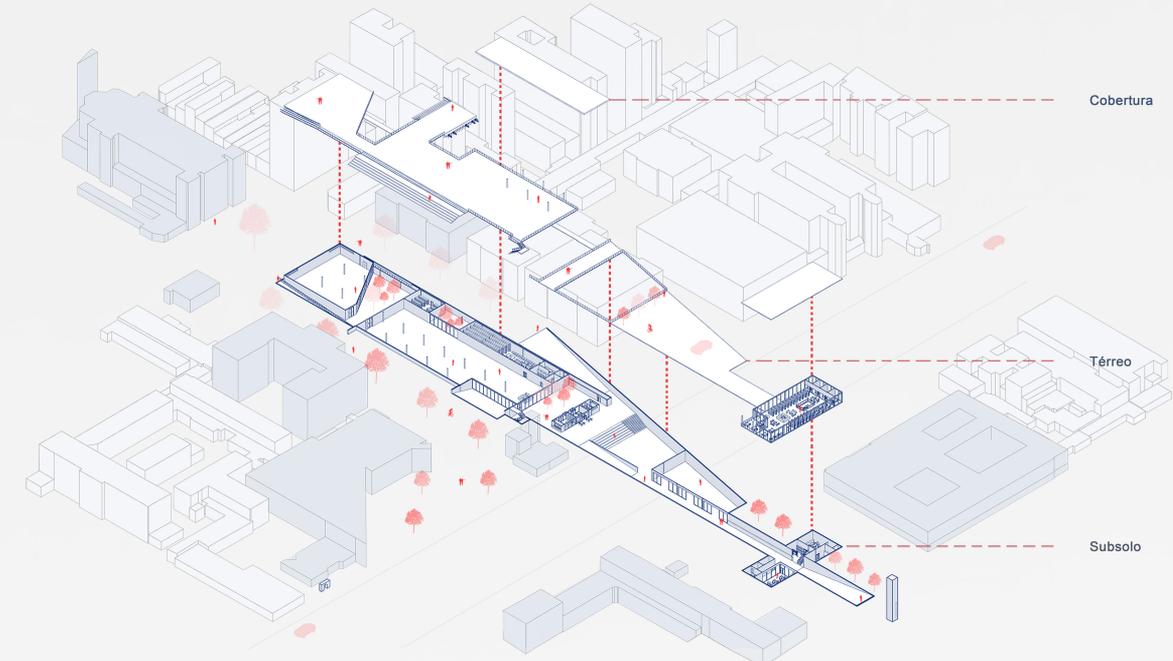
4) Enquadramentos e enfoques da cidade como narrativa do próprio museu.



Esquema de apresentação do programa.



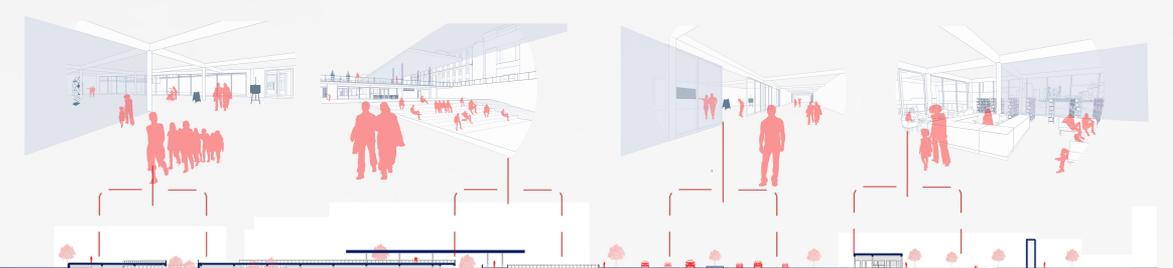
Planta do subsolo.



Cobertura

Térreo

Subsolo



Instituição a serviço da sociedade que conserva, investiga e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno

museu da Democracia

Governo em que o poder é exercido pelo povo.



Cada ação no mundo é única, como um fato. Ato no mundo também no outro, um outro único como todos nós. Somos únicos por construirmos uma experiência em vida sem igual, a partir do encontro coletivo entre corpos que, juntos, caminham em direção ao futuro do pretérito tentando criar, entre o passado e o devir, algum sentido para o presente.

Da herança do passado temos (i) a trágica invasão travestida de descobrimento, em 1500, de um país povoado por mais de 5 milhões de índios à época; (ii) a vergonhosa e tardia abolição da escravidão, em 1888, de mais de 700 mil pessoas que viveram sob violência extrema por toda a sua existência; (iii) a implantação, em 1964, da ditadura militar no Brasil, com reconhecimento de quase 500 vidas desaparecidas, além de milhares de tantas outras que, indiretamente, foram sumariamente eliminadas; (iv) as quase mil mortes nos últimos 9 anos que nos colocam como o país que mais assassina pessoas trans do mundo e (v) as mais de 35 mil interrupções de vida até o dia 04, totalizando uma morte por minuto por dia no Brasil, não somente provenientes de uma pandemia mundial, mas de uma política de Estado atrelada à constituição da política do exterior, como um oportunismo de mercado, no entendimento da economia política como um serviço da garantia do asseguramento do capital como narrativa da segurança por meio do atributo do medo. Ato desiguais que constituíram nosso presente não democrático, à revelia da constituição de vida cidadã capaz de buscar "o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" definido constitucionalmente, em 1988, nos artigos 182 e 183. Temos uma história oficialmente não contada, a serviço da manutenção do poder, que não se apresenta como ato excepcional, mas como operação violenta e constante do dia a dia de quem pouco acesso tem ao direito à vida.

Lutamos por tentar contar outra história, capaz de comover e sublimar o necessário para expressar a ideia de convocação e convivência humana em direção, não apenas à materialidade do urbano - seja ele entendido por suas ruas, edifícios de usos domésticos, equipamentos, infraestruturas e monumentos históricos pontuais -, mas à maneira em como a cidade é representada, reconhecida e, principalmente, imaginada. A cidade como lugar habitado não deve estar vinculada à aceção do espaço inóspito, determinista e autoritário, mas ao lugar da diversidade e da pluralidade de identidades, só possível de ser construída quando a entendemos como abrigo da humanidade, como o lugar de todos, como lugar do povo.

O projeto, fato no mundo para o outro, parte do pressuposto de não acreditar em um simulacro de um lugar democrático exemplar, como uma caixa valiosa a ser admirada como um vislumbre de uma grande luz inalcançável, assimila que a cidade, invenção maior da humanidade é, em si, o lugar de disputa e direito cidadão. Para tanto, evoca o poder das pequenas luzes, em dezenas de espaços de lutas constantes, encontradas em cada canto construído por todos nós, através da procura da conexão do eu com o mundo - relação que transcende o atributo e a atribuição, na luta pela defesa da vida - por meio de programa de acerto essencial de contas, desenhado a partir da própria história urbana construída.

A ideia de uma rede resiliente apresenta-se como alusão ao importante valor das ocupações em espaços de disputa pelo corpo humano, como ação de resistência, em busca da construção coletiva capaz de pensar, repensar e reinventar o valor da história como articulador e ativador de trocas de experiências. Para tanto, a proposta escancara espaços de violência democrática, mas também de muita luta pela vida, - prisões, quilombos, espaços de embates políticos, aldeias indígenas, lugares de massacre - em um processo de transformação, composto e recomposto pela potência do ser único (com a importância de cada história) e do ser coletivo (como uma busca de uma esperança muitas vezes perdida). Em cada lugar de luta democrática é imaginada uma estrutura programática, que respeita escala e intervenção compatível, em três eixos que se misturam e se inter-relacionam: 1. espaço de convivio: praça para que a história possa ser contada, ouvida e trocada por quem ali estiver; 2. espaço de registro: apoio para exposição, acervo e biblioteca e 3. espaço de fala e escuta: auditório e espaço de exibição de filmes/documentários. Esta estrutura de apoio atua como um cosmo intermediário, como costura e ponte entre artificial e artefato histórico, como os ritos que evocam o mito (ou as musas), criando uma zona instável e não definida entre parada e chegada, interior e exterior, pertencimento e fluxo, permanência e passagem, arquitetura e cidade, apresentando-se como um desafio de opostos, onde a própria ideia de um museu da democracia se apresenta como se sempre estivesse lá, ora por denúncia ora por apontamento de um caminho possível. A constituição desta rede de espaços, como símbolo de proteção, é desenhada com o objetivo de que cada casa da história possa ser um mundo para, como designo, servir de base para lutas de vir a ser, talvez no tempo da delicadeza, a procura de um vislumbre de um futuro melhor, justo, comum e público.

Foi escolhido um destes pontos para ser apresentado aqui: a **Praça Coronel Fernando Prestes**, rodeada por instituições de poder político, militar e religioso, materializados pelo Arquivo Histórico de São Paulo (antigo prédio da Escola Politécnica de São Paulo), o Quartel do Comando Geral, a Secretaria da Segurança Pública, a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, a Escola Estadual Prudente de Moraes, o Cemitério do Museu de Arte Sacra, o Primeiro Batalhão de Polícia de Choque (ROTA), conhecido como Quartel da Luz e o Portal de Pedra do Arquivo Presídios Tradentes, onde se localizava a Torre das Donzelas - ala feminina da penitenciária.

Tal local revive (ou busca reviver) através da superação da história de atos não democráticos ali vivenciados, pela aposta na convocação da praça, ponto de partida primordial no desenvolvimento do partido proposto, como instrumento para interferência desta realidade. Dá a necessidade do diálogo direto com as pessoas. A complexidade vivida é experimentada como uma série de elementos de arquitetura em conversa, mesmo antagônicas, formando um amplo espectro de espaços sociais na paisagem aberta. Mesmo contrapostos, esses elementos sensíveis e estruturais são tratados como componentes de valor e relevância, onde o modo de percepção de dentro do museu transforma o mundo exterior em um mundo estético e (quem sabe?) ético, congelando o instante em que a imagem foi gerada, mantendo-a viva, propondo nas pessoas um olhar sobre os mundos real, imaginário, afetivo e a construir. É como se dissesse que é preciso estar presente e é preciso lutar para viver. Porém a luta pela vida só acontecerá se for coletiva. Porque só se existe em ato, no fato de que só vale o mundo se ele for para todo mundo.